

Porque votamos contra o pacote Enquanto a Reforma Agrária não vem

MAIO DE 1986 - Nº 18

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cz\$ 2,00

*"Os chacais que nos
governam estão ávidos de
sangue trabalhador."*

August Spies, Chicago, 1886.



**DIGA NÃO À
PROVOCAÇÃO**

O que você faria se pertencesse a um grupo inconformado com a consolidação do PT como o grande partido de esquerda do Brasil, que estava pintando nas próximas eleições?

Que tal, por exemplo, assaltar uns bancos por aí, deixar-se prender e jogar a culpa no PT?

Foi exatamente o que fizeram os falsos petistas na Bahia. Escolheram a forma e o momento certo para provocar o maior dano possível ao PT. Durante os próximos meses, coincidindo com a campanha eleitoral, nossos adversários terão diariamente o prato feito do inquérito policial, envenenando a opinião pública contra o PT. Se o objetivo era sabotar a campanha eleitoral do PT, ninguém teria feito melhor.

E o que nós podemos fazer? Nada temos a fazer no terreno da provocação, que é o terreno do inimigo. Mas temos muito a fazer em nossa própria casa, desmascarando esses falsos petistas e cerrando fileiras em torno de nosso programa de construção de um partido amplo, democrático e de massa. Não foi por acaso que essa provocação ocorreu exatamente quando o PT começa a ganhar essas características.

DIGA NÃO À PROVOCAÇÃO (Apolônio de Carvalho, pg. 3), COMISSÃO POLÍTICA DECIDE PELA EXPULSÃO, pg. 2; COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS REAFIRMA A SOLIDARIEDADE À NICARÁGUA, última página.



100 ANOS DE RESISTÊNCIA OPERÁRIA

O Primeiro de Maio completa um século de lutas, não para melhorar a vida do operário, mas para acabar com a própria condição de ser operário. Ser operário sob o capitalismo é ser massacrado, imbecilizado na proporção direta do avanço dos meios de produção. Uma verdadeira maldição. Contra essa maldição lutaram os anarquistas em Chicago, lutaram os socialistas os comunistas durante toda a primeira metade deste século, lutam os operários hoje, no Brasil ou na Polônia. Unidos pela mesma maldição do capital, mas divididos pela diversidade de suas origens e suas experiências.

ESPECIAL: UM SÉCULO DE PRIMEIRO DE MAIO/POL SINGER / A MALDIÇÃO OPERÁRIA • MARISA LOURENÇO / UMA HISTÓRIA PARA CONTAR • MARCO AURELIO GARCIA / ENTRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE • ELIZABETH SOUZA-LEBO / UMA CLASSE DE DOIS SEXOS • WANDER BUENO / NASCE O PT

O assalto a banco na Bahia, e a exploração vil com o PT

Hélio Fernandes

Vi todos os noticiários de televisão sobre o assunto; ouvi vários noticiários de estações de rádio; li quase todos os jornais das principais cidades, Rio, São Paulo e Brasília incluídas. E todos, sem exceção, procuram jogar "nas costas" da direção nacional do PT a culpa desse assalto, desse ato individual, dessa loucura que não tem nada a ver com o PT, com o Partido dos Trabalhadores, com a sua direção coletiva ou com seu Presidente, Luiz Inácio da Silva, o Lula, individualmente.

Vi e ouvi nas televisões e rádios, manchetes assim: "Os assaltantes do Banco do Brasil de Salvador são mesmo militantes do PT". E daí? Eles confessaram espontaneamente que eram e são militantes do PT. Mas o fato de serem militantes do PT não inclui a direção nacional do PT nessa aventura que está inteiramente fora do tempo, que não tem nada a ver com a realidade. Mas cada rádio e televisão que dizia "são mesmo militantes do PT os assaltantes", estava querendo dizer: "Viu? Sendo militantes do PT, só podem estar autorizados pelo Lula e seus companheiros". Vi o governador Montoro dizer na televisão: "O País está assombrado". Só se está assombrado com a incompetência do governador. Vi e ouvi o senhor Lutfalla Maluf afirmar: "Não creio e não quero acreditar que a direção do PT tenha qualquer coisa com isso". Mas, na verdade, o grande corrupto estava querendo que o PT e o próprio Lula tivessem "tudo" com isso.

É lamentável, melancólica e até suicida a posição de certas figuras e de alguns partidos, que não se solidarizaram imediatamente com a direção do PT Nacional, vítima de uma das mais grosseiras injustiças dos últimos tempos. Isso é mais do que uma injustiça, isso é um embuste e uma agressão à inteligência da coletividade. Como é que um partido como o PT, que tem um dos melhores quadros brasileiros, iria participar de uma irresponsabilidade como essa? E mais do que irresponsabilidade, seria uma burrice tão grande, que nem dá para acreditar. Como é que um partido que começa a recolher vitórias legítimas pelo voto, pela urna, pela consulta direta ao povo, iria jogar fora todo o seu futuro, autorizando uma loucura como essa, de assaltar bancos para obter fundos que seriam enviados para a Nicarágua?

O terrorismo jamais é uma boa forma de luta. Nos tempos de ditadura, é preciso uma avaliação perfeita dos fatos e da realidade, para que o terrorismo dos terroristas não venha a fortalecer e a consolidar o terrorismo dos governos, como aconteceu a partir de 1968 até 1975. Nesse caso, o terrorismo dos terroristas ainda poderia ser considerado uma forma de defesa, pois, ou se partia para esse tipo de luta ou se era massacrado pelo terrorismo dos governos. Mas para os mais esclarecidos ficou sempre bem lúcida e presente a realidade daqueles tempos: era apenas uma ação de desespero, pelo fato de governos ditatoriais não terem deixado saída para ninguém.

Mas praticar atos de terrorismo em plena caminhada Democrática, seria mais do que irresponsabilidade, seria mais do que burrice, seria uma verdadeira insensatez.

A sociedade do futuro não será construída por nenhum reformador, principalmente se ele trazer uma metralhadora numa das mãos, uma granada na outra, e na cabeça a idéia de que quanto pior, melhor, e a obsessão de que só levando tudo pelos ares conseguiremos construir alguma coisa.

Parece um jogada toda armada contra o partido, principalmente no momento em que ele aparece em primeiro lugar nas pesquisas para a eleição de governador de São Paulo, e em posição também privilegiada em vários lugares no Brasil inteiro. Ora, se os assaltantes são "militantes do PT", o que é que o partido tem com isso? E por que os órgãos de comunicação fizeram um tão grande alarido com um fato rigorosamente policial e que não merecia mesmo sair do seu espaço policial? E onde ficou a primeira e a mais primária lição do jornalismo, que é a de NÃO GENERALIZAR? Vários gerentes dos supermercados do senhor Abilio Diniz foram autuados por estarem remarcando preços. E os jornais fizeram uma força incrível para "provar" que o senhor Abilio Diniz não tinha nada a ver com essa remarcação. Por que agora fazem a volta na estrada, tomam outro caminho, e berram para o mundo: OS ASSALTANTES SÃO MILITANTES DO PT. E o que é que o PT tem a ver com a ação isolada de alguns "militantes" ou até mesmo militantes? A má fé é tão visível que dá vontade de vomitar. Ou essa ação organizada não pretende apenas provocar nojo, tem outros objetivos?

Trechos do artigo publicado na "Tribuna da Imprensa" de 14 / abril / 1986.



Lei de Segurança Nacional ainda vale contra operário

Em março de 1983, numa grande assembléia dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, líderes sindicais, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) e Jair Meneguelli denunciavam um novo roubo contra a classe trabalhadora brasileira, na forma de mais um pacote do governo militar, o decreto 2012.

A ditadura militar, na época comandada pelo general Figueiredo, enquadrou os dois sindicalistas na Lei de Segurança Nacional, um dos mais brutais instrumentos repressivos utilizados pelo regime militar. O processo contra Jair passou logo depois para a Justiça comum e, como o prazo havia sido prescrito, caducou. Mas o processo contra Vicentinho foi mantido na área militar.

No mesmo governo do general Figueiredo os escândalos proliferaram, quem não se lembra dos casos da Capemi, Coroa-Brastel, Delfim e tantos outros. Mas esses casos nunca foram motivos de processos contra ninguém.

Alguns pensam que esses tempos pertencem ao passado. Engano, no dia 7 de abril o companheiro Vicente Paulo da Silva foi condenado a um ano de prisão pela Justiça Militar.

Isso aconteceu em plena "Nova República" que prometeu democracia, mas mantém intocável a Lei de Segurança Nacional, para ser aplicada não contra os que roubam o País desde o tempo da ditadura, mas contra os trabalhadores que lutam pelos seus direitos.

Vicente Paulo da Silva, como a imensa maioria dos trabalhadores, é um brasileiro comum, migrado do Nordeste em busca de melhores condições no Sul do País, onde foi trabalhar numa montadora (Mercedes-Benz). Tem três filhos que vivem do seu trabalho. Vicentinho, como carinhosamente é chamado pelos seus companheiros, se tornou líder dos

trabalhadores metalúrgicos e, como um homem responsável, cumpriu e continua cumprindo a decisão que seus companheiros tomaram... lutar sempre por melhores condições para os trabalhadores. Hoje, além de diretor do Sindicato, Vicentinho é presidente da CUT, regional do ABC.

Querido pelos trabalhadores, Vicentinho nunca se atemorizou frente ao arbítrio e as injustiças da classe dominante. Condenado, continuou lutando e recebeu dos trabalhadores do Brasil e do exterior grandes demonstrações de incentivo e solidariedade.

Na sexta-feira, dia 11 de abril, o Superior Tribunal Militar, por unanimidade anulou a sentença que condenou Vicentinho. Ele está livre e continuará lutando ao lado de seus companheiros.

Nesse momento lutando contra mais um arrocho salarial, agora imposto pela "Nova República". Vicentinho está absolvido. Mas a Lei de Segurança Nacional continua em pleno vigor. Onde está a "democracia prometida? Onde estão os direitos dos trabalhadores?"

Altino Dantas
Presidente PT, Santos

Germer seguiu a estrela

Entrou para o PT o ex-secretário de Agricultura do Paraná, Claus Magno Germer, um dos mais combativos defensores da reforma Agrária no seu Estado. Claus Germer é agrônomo e professor-assistente da Universidade Federal do Paraná. Assumiu a secretaria da agricultura em 15 de março de 1983, mas desentendeu-se com a falta de cumprimento das promessas de Reforma Agrária da Nova República.

O CASO DA BAHIA

Reagindo à estupidez

A Comissão Política decide pela expulsão imediata dos envolvidos no assalto ao banco na Bahia. Eis a nota da Comissão Política:

14 de Abril de 1986

A Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, em reunião ampliada hoje realizada em São Paulo, debateu os fatos relacionados com o assalto ao banco ocorrido no dia 11, em Salvador, e tomou a seguinte deliberação:

1. A Comissão Política manifesta-se unanimemente pela expulsão dos filiados ao PT e que estão implicados no ocorrido, e inicia, imediatamente, o processo disciplinar correspondente, com base nos Estatutos do Partido.
2. A CP reitera a sua posição inicial, já divulgada à opinião pública em nota oficial emitida no próprio dia 11: repúdio veemente e total a ações desse tipo, que considera inteiramente condenáveis, e que não fazem parte do programa, das resoluções, dos métodos ou da prática do Partido.
3. A CP prossegue na tarefa, iniciada já desde o dia 11, de recolher mais informações dos organismos partidários; bem como acompanhará os desdobramentos do caso e o pronunciamento da Justiça.
4. Nesse sentido, e ao mesmo tempo em que não hesitou em condenar o tipo de ação ocorrida na Bahia, o PT, igualmente, quer deixar bem claro que não vacilará em denunciar à opinião pública quaisquer tentativas de volta ao terror de Estado que caracterizou os anos de regime militar, com seu rosário de prisões ilegais, torturas, assassinatos e desrespeito aos direitos humanos — práticas arbitrarias às quais desde já opõem o seu mais veemente repúdio.
5. A CP também torna a manifestar-se no sentido de que não se descarta a hipótese de estar a sociedade brasileira diante da ação de agentes provocadores. Fatos e ações desse tipo só beneficiam, no plano nacional, as forças que se opõem ao crescimento dos instrumentos de organização da classe trabalhadora — em particular do PT — e, no plano internacional, aos interesses que combatem as lutas dos povos do Terceiro Mundo pela sua libertação.
6. Assim, a CP manifesta a sua convicção de que, apesar do ocorrido e da indevida utilização que dele querem fazer os seus adversários, o PT continuará crescendo e se fortalecendo como partido de massas, amplo e aberto, com programa e práticas transparentes, pelas conquistas democráticas que todo o povo almeja, e pela transformação do Brasil numa sociedade justa, sem explorados nem exploradores. Na mesma linha, o PT continuará prestando a sua ativa solidariedade a todos os povos que lutam pela sua auto determinação, e em particular ao da Nicarágua.

São Paulo, 14 de abril de 1986

Comissão Política da
Comissão Executiva Nacional do
Partido dos Trabalhadores

LEIA NA ÚLTIMA PÁGINA A NOTA DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O CASO DA BAHIA:

A Folha ataca de novo

Curiosa a pesquisa de opinião pública da Folha de S. Paulo, publicada no dia 16 de abril, que coloca Suplicy em último lugar entre os candidatos ao governo do Estado de S. Paulo.

Suplicy aparece mal até mesmo na capital do Estado, com apenas 23 por cento das intenções de voto contra 26 por cento dados ao Antonio Ermírio de Moraes — dia seguinte, a Folha, sem perceber a própria burrice, publicou a distribuição dos votos por renda familiar e — pasmem: Suplicy ganha de todos os demais concorrentes, nas duas principais faixas de ren-

da, ou seja entre todos os eleitores que têm renda familiar de zero até 10 salários mínimos. Isso representa mais de 90 por cento dos eleitores da capital — segundo os dados de renda familiar do IBGE, de 1984. Ficou evidente que a pesquisa da Folha sofreu vício de amostragem. Só a Folha não viu o próprio erro. Deve ter sido muita vontade de ajudar o "pobre" Ermírio. Mas ninguém manipula a opinião pública impunemente. São episódios como esse que darão força às propostas de democratização dos meios de comunicação de massa na próxima Constituição. (BK).

CAPITAL (Por Renda Familiar Mensal)



PALAVRA DE LÍDER

Diga não à provocação

Não há lugar em nossas fileiras para os inadaptados à essência de nossa prática política e nem para os que por ventura, queiram fazer de nosso partido um instrumento de suas opções colaterais.

Nosso PT tem características originais, claras e precisas. Elas emanam, antes de tudo, de suas próprias raízes (do que constitui sua essência e sua razão de ser): isto é, de suas fontes transparentes no movimento social, nas aspirações e nas lutas dos trabalhadores contra a exploração econômica e a exclusão social e política, pelo exercício comum das liberdades e da cidadania, por conquistas sindicais e políticas, pela dignidade e pelo próprio direito de viver.

Objetivos assim abrangentes só poderiam afirmar-se no espaço amplo e aberto de um partido de massas, capaz de articulá-los sob programas comuns, na área do trabalho, nas ruas e nas escolas, com seus reflexos correspondentes nos níveis diversificados da ação parlamentar. Eles só teriam vez no ambiente de abertura para a luta ampla de opiniões e o debate fácil das idéias, típico de um partido efetivamente democrático, chamado a refletir e a confrontar o colorido dos níveis de consciência e de experiência política das faixas sempre mais largas de seus aderentes. E, como consequência natural, num partido cioso de seus compromissos junto aos trabalhadores e às suas lutas, irreversivelmente apoiado em decisões majoritárias, válidas como leis para o conjunto de seus filiados — e hostil, por conseguinte, ao colorido eclético, anti-unitário e diluidor do que seria uma simples frente política de massas, ou uma pretensa federação de Esquerdas.

Isso explica porque o PT pode afirmar-se, no período 1980-86, como o único partido legal, no conjunto da esquerda de nosso país; como um partido que assegura uma política original e independente, expressa em sua fidelidade exemplar às lutas de todas as classes e camadas sociais exploradas e oprimidas, face a um autoritarismo oficial revestido de tutela militar aberta, como nos anos recentes ou de tutela militar mal disfarçada, como na fase atual de transição.

Isso explica, também, a audiência crescente que lhe reservam faixas amplas de nosso povo, expressa em seus 350 mil aderentes, e no aval de confiança que lhe reserva, em forma crescente, em faixas amplas do país, o conjunto do eleitorado, como comprovaram as eleições municipais de novembro. É o que expressa, ainda, a presença política de nosso partido face aos problemas atuais: o empenho de democratização do Estado e da sociedade — e, nesse quadro, as propostas concretas de remoção do entulho autoritário, de uma reforma agrária no interesse de todo o povo, da presença popular em dois turnos no processo eleitoral. E um projeto de constituição que chama a eliminar os fatores de desequilíbrio em nosso desenvolvimento social e em nossa prática de democracia; a força da participação popular num regime efetivamente democrático; a visão das relações entre a democracia em desdobramento e uma sociedade socialista, amanhã.

Ao mesmo tempo, iniciam-se, no PT, o estudo e a elaboração das bases de uma teoria própria ligada ao conhecimento aprofundado de nossa realidade e às escalas e caminhos de sua transformação.

Não cabe, assim, na imagem clara do PT, a iniciativa de ações armadas como no caso recente de Salvador. Ela fere e atenta contra as raízes, as características e a prática política ampla e mobilizadora das forças populares que vêm sendo a marca de nosso partido. Cria obstáculos e ameaças à nossa prática eleitoral que se inicia, e às nossas alternativas de renovação.

Facilita a ação das forças de retrocesso político e, num plano mais amplo agride a própria imagem da democracia em nosso país, através de seu esteio fundamental, os partidos políticos organizados, sobretudo quando se põem a serviço do movimento popular. Desacreditam, assim, forças sociais e políticas de renovação do país. Pior ainda, atentam contra o anseio de paz de nosso povo, e contra seu esforço de solidariedade a povos agredidos em sua autodeterminação como a Nicarágua. Confundem-se, assim, com a prática de provocação da CIA e do governo norte-americano. Não, há, portanto, em nossas fileiras, lugar para companheiros assim inadaptados às realidades, às aspirações de nosso povo, à essência de nossa prática política e social, nem para eles, nem para os que, porventura, queiram fazer de nosso partido um instrumento de suas opções colaterais.

Nosso PT tem porém um longo caminho realizado. Uma audiência popular cimentada. E a unidade de suas fileiras, em torno de suas características originais de partido político coeso, democrático e de massas. Dispõe de todas as condições necessárias para afirmar, em forma crescente, essas características. E tem plena confiança na madureza e na visão clara e justa dos trabalhadores e do conjunto do povo e no aval crescente que deles espera nas batalhas políticas que se aproximam, no quadro das eleições e do debate na Constituinte, visando a ampliação de um regime de democracia, como objetivo de hoje para todo o povo, a caminho do socialismo como seu objetivo potencial amanhã.

Apolônio de Carvalho
2º vice-presidente nacional



Porque votamos contra

Porque congelou os preços pelo pico e o salário pela média; porque criou demissões em massa entre os bancários; porque não tabelou os juros e manteve o pagamento extorsivo da dívida externa. E porque era pegar ou largar, o decreto-lei não admite discussão. Os trabalhadores já estão cansados de autoritarismo.

Síntese do voto da bancada do PT contra o pacote:

Um Decreto-lei só deixou ao PT duas possibilidades: rejeitá-lo ou aprová-lo em sua totalidade, sem poder corrigir as medidas tomadas — como no caso do seguro-desemprego limitado, a forma como foram contidos os salários e do alto patamar da escala móvel.

Agravando ainda mais a forma como os decretos-leis foram baixados, há o comportamento dos partidos da Aliança Democrática — o PMDB e o PFL, que apóiam o Governo no Congresso Nacional. Desde a leitura do decreto, buscaram impedir a convocação, na Comissão Mista, de dirigentes de entidades representativas que pudessem contribuir para que avaliássemos mais detidamente todos os aspectos das medidas adotadas.

A necessidade de uma avaliação aprofundada é inquestionável. É uma demonstração segura desta necessidade, as breves observações que apresentaremos a seguir.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, desde 1982, em nosso Programa Econômico, vimos defendendo sistematicamente o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, das tarifas de transportes coletivos e dos aluguéis, bem como a estabilidade monetária. Os demais preços seriam submetidos a tabelamentos.

O congelamento governamental de preços, de fato, eliminou uma certa especulação financeira, mas serviu para estimular outras.

As altas da bolsa de valores e do dólar no paralelo demonstram que a permanência da intermediação financeira em mãos privadas torna a especulação inevitável.

O resultado é a manutenção das taxas de juros em nível demasiado alto para assegurar almejada retomada dos investimentos produtivos.

O congelamento baixado pelo Governo contém várias outras falhas, entre elas destacamos — o tratamento diferenciado em relação ao capital e ao trabalho. Os preços incorporam toda inflação dos 6 meses anteriores ao pacote. Reajustados dia-a-dia, os preços estavam, portanto, na maioria dos casos, no pico. Os salários, entretanto, tiveram apenas parte do seu desgaste corrigido, não tendo recuperado seu poder de compra.

Os salários estão sendo convertidos, de forma incorreta e subestimada, pela média dos últimos seis meses, sem ter assegurada a reposição salarial integral desse período, quando se verificaram as mais altas taxas inflacionárias da história do País...

Soma-se a isto a inaceitável proibição dos aumentos a título de reposição salarial, sob a pena de nulidade.

Ademais, o Governo deveria ter assumido medidas que assegurassem a estabilidade dos trabalhadores. Não as apresentou. Como resultado disto,

presenciamos uma onda de demissões injustas que estão atingindo, principalmente, os bancários e os comerciantes.

Quanto ao seguro-desemprego proposto, saltam aos olhos suas falhas. O Governo Sarney instituiu-o de maneira restritiva, sendo que uma parcela muito pequena de desempregados será beneficiada, enquanto a imensa maioria permanecerá à margem do sistema. Além disso, o próprio valor do seguro-desemprego é irrisório... Tendo em vista as falhas contidas no Decreto-lei 2.283, de 28 de fevereiro de 1986, antes mesmo da decretação da segunda versão das medidas, o Partido dos Trabalhadores reuniu o seu Diretório Nacional, apresentando uma série de sugestões que poderiam ter sido incorporadas ao Plano de Estabilização Econômica do Governo. Vejamos algumas destas sugestões:

1. Revisão completa da política salarial embutida no Decreto-lei: revisão que deveria ser debatida e negociada diretamente com o movimento sindical, especialmente, com as Centrais Sindicais. Promovendo, inclusive, a redução significativa do limite da escala móvel de modo a atender às reivindicações do movimento sindical.

2. Tabelamento das taxas de juros a níveis compatíveis com as necessidades da economia brasileira.

3. Suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, exame aprofundado de cada caso, para averiguar as responsabilidades envolvidas e a legitimidade de cada empréstimo.

O tabelamento de juros representa uma das medidas que deveriam ter sido tomadas no combate à especulação financeira, o que o Governo não enfrentou, também, o problema da dívida externa, uma fonte permanente de sangria de nossas riquezas. Só

em 1986, o Brasil deve pagar cerca de 9 bilhões de dólares de juros, ou seja, pouco mais de 1/3 (um terço) das divisas esperadas com as exportações.

O não enfrentamento da questão dos juros e da dívida externa poderá acarretar o comprometimento do futuro da nossa economia, tornando inviável qualquer plano de estabilização econômica.

Além disto, o PT tem sustentado que o sistema financeiro deve ser estatizado para garantir o encaminhamento da poupança nacional às atividades produtivas essenciais ao bem-estar da população trabalhadora. E as medidas tomadas pelo Governo não vão neste sentido.

A forma governamental de combater à inflação procurou resguardar os interesses das classes dominantes, sem tocar no cerne da questão da distribuição da riqueza e nos aspectos estruturais da economia.

Em vista das circunstâncias que nos impedem de alterar os Decretos-leis naquilo que discordamos, e já que, também, não podemos ter a liberdade de aprovar somente aqueles dispositivos com os quais concordamos, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos posicionamos pela rejeição (do pacote).

E não será através de uma onda propagandística massiva com apelos psicológicos sob o slogan "tem que dar certo" que o Governo e seus prepostos irão conseguir ocultar o caráter de classe deste pacote e obter adesão dos cidadãos comprometidos com interesses dos trabalhadores deste País.

Deputada Irma Passoni

Líder do PT

Deputado Eduardo Matarazzo

Suplicy

Deputado Luís Dulci

Deputado José Genoíno

Deputado Djalma Bom

A Exceção e a Regra

O governo disse que o objetivo principal do pacote econômico era o de romper com o passado, apagando a memória da inflação passada. Mas com os salários foi feito exatamente o contrário: as perdas salariais do passado foram totalmente repassadas para o futuro.

Em entrevista à revista *Senhor* n.º 260, o chefe da Assessoria Econômica do ministro Dilson Funaro, Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, afirma:

"Vamos voltar à questão da psicologia inflacionária, que está caracterizando o comportamento de alguns sindicatos. O que a caracteriza é a idéia do passado, de se projetar a inflação passada para a frente. O essencial da reforma monetária é o fato de que se rompe com o passado. (grifo meu.) Nós fizemos o cálculo dos salários, exatamente tendo em vista a sua per-

da do poder de compra por conta da aceleração inflacionária."

Mais abaixo, Belluzzo lembra a recomendação do ministro Dilson Funaro à equipe reformadora: "Façam os cálculos direito, porque eu quero mostrar claramente o que estou fazendo, não quero enganar ninguém". E aprecia: "Essa preocupação com a honestidade é fundamental. O tempo todo, da parte de todos os elaboradores da reforma, havia a preocupação com o salário, considerado uma questão sagrada, porque se usou muitos expedientes e ardis para enganar os assalariados, no passado".

Acontece que o Plano de Estabilização da Economia trouxe exatamente do passado as grandes perdas nos salários reais, decorrentes dos altos índices de inflação do último semestre. Roberto Mangabeira Unger, em artigo publicado pelo *Folha de São Paulo*, de 18 de março, estima que estas perdas são da ordem de 25% e taxa-as explicitamente de confisco salarial... Ou seja, o Plano de Estabilização da Econo-

mia projeta os efeitos da inflação sobre os salários do passado, para os salários futuros, caracterizando assim uma notável e significativa exceção à afirmação de Belluzzo de que a reforma rompe com o passado.

O que o governo quer dizer, com razão, é que os assalariados não perdem em relação ao passado recente e talvez tenham ganhos em relação ao futuro esperado sem a reforma. Mas isto é outra história. Seria ingenuidade política esperar que os trabalhadores cruzem os braços diante da cristalização das perdas residuais de seu poder aquisitivo ao nível do semestre de mais elevada inflação.

A meu ver, a solução viável passa necessariamente pela redução dos preços, o que equivaleria ao aumento dos salários reais e não produziria inflação — ao contrário. De fato, tudo parece conspirar para que os preços diminuam. Senão, vejamos:

1.º — os preços a vista em 27 de fevereiro traziam embutida uma inflação esperada,

de no mínimo 15% para março, que deve ser expurgada;

2.º — empréstimos eventualmente contrai-dos por uma empresa estão sendo deflacionados à taxa de 14,5% ao mês pelo Plano de Estabilização;

3.º — muitas empresas se capitalizaram com os ganhos financeiros fáceis do passado e agora podem investir na ocupação de sua capacidade ociosa e mesmo no aumento da capacidade de produção, aumentando a oferta.

4.º — o mercado de ações cresce animadamente e o aumento estupendo dos depósitos a vista equilibra a situação dos bancos.

O único fator que ainda atua contra o reajuste dos preços para baixo é a manutenção das altas taxas de juros que, todavia, tenderão à descida para um nível razoável em função das leis de mercado — caso contrário, o governo promete intervir.

José Mauricio M. da Silva
(*) Mestre em Matemática, professor da UFMG e membro do Partido dos Trabalhadores.



Em sintonia com a estrela

Santo Ângelo (RS), 24/fev/86.
Companheiros do PT

Aqui em Santo Ângelo estamos engajados na Campanha Nacional de Filiação e Nucleação do PT. Existimos como partido desde 1981, mas somente a partir do ano passado com a entrada no partido de companheiros comprometidos com o momento popular e sindical e com a adesão do vereador Sergio Tonreto, iniciamos um trabalho de estimulação orgânica do partido.

A cada dia novos companheiros aderem e militam no partido. Estamos em sintonia com o partido a nível nacional. Na nossa região missioneira tentamos imprimir uma linha de propostas que respondam aos desafios e interesses dos trabalhadores. Cresce rápido a luta dos sem-terra e o movimento sindical alinhado à CUT. O PT surge como a alternativa a nível partidário.

Atenciosamente

Gilberto Corazzo

PROGRAMA, MANIFESTO, ESTATUTO E DISCURSO DA CONVENÇÃO DE 81

SIGA A ESTRELA

PT

ENTRE NO PT

CAMPANHA NACIONAL DE FILIAÇÃO 1986

E o que é o poder?

Rio de Janeiro, 14/mar/86.
Companheiros

O Boletim Nacional de jan/fev traz como manchete: "PT no poder". E diz que "um em cada dez eleitores votou no PT em novembro passado". Em São Paulo, "o PT é apontado como o favorito nas eleições para governador. O PT torna-se uma alternativa real de poder. Em Fortaleza, Maria Luiza Fontenele já exerce o poder petista..."

O poder político companheiro é a **violência** organizada de uma classe para a opressão de outra classe, quer dizer, são as Forças Armadas. Quantas divisões, regimentos, batalhões, companhias, etc, já conquistou o PT? **NENHUMA!** (...)

Oswaldo Soares

Rio de Janeiro, 21/mar/86.

(...) Acredito que o Boletim Nacional tenha sido criado no sentido de dar uma direção, nas coisas básicas, a todos os militantes do Partido. Além, é claro, de informar aos leitores sobre a vida do Partido. Considerando, portanto, a importância deste BOLETIM, vale lembrar aos companheiros, que o escrevem, que ganhar eleições não confere nenhum "poder" de fato a um Partido de Trabalhadores. Deveria ser assim se as instituições, as leis, o governo, enfim, o Estado pairesse sobre as classes. Deveria ser assim se a democracia em nosso país realmente representasse igualdade para todos, patrões e empregados.

Se um partido, numa sociedade burguesa, com instituições burguesas, com Forças Armadas burguesas, chegar ao poder através das eleições, do voto, das duas, uma: ou ele ganha ou não leva, isto é, não assume, ou este partido não é um Partido dos Trabalhadores.

Recomendo que quando se tratasse deste assunto — as eleições — fosse ressaltado que o "governo" (isto é, a administração das coisas) é o alvo principal. Por exemplo: o PT surge como alternativa de um governo popular. Esta seria a mensagem correta.

Companheiros, parece jogo de palavras, parece sofisma, mas não é. Da forma como vem sendo colocada nos BNs, estamos contribuindo para colocar na cabeça dos trabalhadores uma ilusão perigosa que temos a obrigação de evitar.

Mais uma sugestão: recomendação expressa aos núcleos de incentivar a leitura e discussão dos Boletins Nacionais. Digo isso porque tenho observado aqui que os militantes são PT Saudações e não têm demonstrado conhecimento dos assuntos que eles (os BNs) tratam. Um abraço.

J. B. Arêas

Resposta do Editor:

Talvez tenha sido um erro empregar a palavra "poder". A intenção era a de mostrar um PT novo, que se colocava como alternativa de governo, e deixar de ser apenas o "partido do sonho". Mas é possível que a palavra "poder" não tenha sido escolhida apenas por ser forte e curta, como convém a uma manchete. No meu inconsciente, eu talvez não estivesse convencido — como não estou — de que seja possível contrapor de forma tão simplista o voto popular à força

dos canhões. Mesmo porque, o poder obtido pelo voto popular em Fortaleza foi conquistado, e não concedido. Assim como eu confundi governo com poder, os companheiros estão confundindo o método concedido (voto), com poder conquistado. E mais que isso, estão reduzindo o conceito de poder político a apenas uma de suas eventuais componentes, a força física.

(B.K.)



Enquanto a Reforma agrária não vem

Florianópolis (MA), 22/fev/86.

Enquanto os planos regionais de Reforma Agrária estão bem engavetados na mesa do presidente da República, a perseguição aos trabalhadores rurais continua. Sarney manda fiscalizar os supermercados, mas não manda fiscalizar as fazendas onde muitos trabalhadores rurais estão vivendo como escravos.

Segue o depoimento de Raimundo Nonato dos Santos, contando a história de 43 homens de Florianópolis (PI) e Barão de Grajaú (MA), que foram aliciados.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1986, na cidade de Barão de Grajaú (MA), na presença do frei Vicente Cardone, vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Graças, da cidade de Florianópolis (PI), e de José Ribamar Goulart Heluy, magistrado e de Helena Barros Heluy, promotora de Justiça — ambos membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís, o cidadão RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, vigilante, domiciliado e residente à rua Raimundo Clemente Lima, 18 (...) disse que:

Por volta do dia 27 de janeiro deste ano, ouviu através de uma das emissoras de rádio de Florianópolis o anúncio de que um cidadão, que se encontrava hospedado em um dormitório nas proximidades da rodoviária da cidade, estava contratando homens para trabalharem na colheita de milho e arroz, no município de Colinas, em Goiás. Em companhia de outros amigos, dirigiu-se àquele local onde encontraram EDSON, conhecido por EDINHO, que era responsável pelo aviso, e também outros interessados no trabalho. Ali ficou sabendo da proposta, isto é, trabalho durante seis meses mediante pagamento de 25 mil cruzeiros por dia, com dormida, e alimentação e transporte de ida e volta, após os seis meses. Raimundo recebeu um adiantamento de 300 mil cruzeiros e viajou juntamente com 43 homens de Florianópolis e Barão de Grajaú, num ônibus fretado, no dia seguinte. Na rodovia Belém-Brasília, a cem quilômetros de Araguaína e trinta quilômetros antes de chegar em Colinas (GO), o ônibus entrou num caminho em plena mata até a fazenda PANTERA, de propriedade de um senhor chamado Valdo. Na viagem já não foi fornecida a alimentação prometida, comeram apenas uma farofa e alguns pedaços de carne. Chegando em Araguaína, um



dos companheiros chegou a desmaiar de fome. Na entrada da fazenda, EDINHO avisou que em Barão do Grajaú e em Floriano eles se governavam, mas “aqui nós governa vocês”. Depois de andar uns 30 quilômetros na mata chegaram a uma espécie de acampamento na roça (dois barracos cobertos de folha e sem paredes) onde ficaram os peões sob a vigilância, dia e noite, de seis homens fortemente armados com rifles e revólveres. Os seis homens eram Edinho, seu pai, dois irmãos, um cunhado e um primo. Raimundo chegou a trabalhar 17 dias sem um horário certo de trabalho — saíam ainda escuro e voltavam já com escuro — principalmente depois da fuga de cinco homens. Certo dia chegou ao acampamento um cidadão, com doze trabalhadores, oferecendo-os ao Edinho por 30 mil cruzeiros cada (...) e diante dessa situação perceberam que estavam vivendo um verdadeiro regime de escravidão.

Raimundo começou a se sentir doente e pediu a Edinho que o deixasse ir embora. Ele negou seu pedido. Raimundo pediu então que o levasse a um hospital e Edinho respondeu que se ele morresse seria enterrado ali mesmo e que só sairia dali quando pagasse o débito da viagem para a fazenda. Além dos dias trabalhados, o depoente deu um relógio que foi recebido pelo valor de 200 mil cruzeiros e, ainda assim, não foi liberado. Exigiram-lhe mais 300 mil cruzeiros para poder sair. Mais ou menos no dia 2 de fevereiro, 5 companheiros conseguiram fugir e, sentida a falta deles, pela madrugada, cinco homens da vigilância pegaram uma “Belina”, levando corda, corrente, rifle, revólver, foice, com a ordem de pegar e matar, trazendo a orelha (...) depois disso piorou o tratamento quanto ao horário de trabalho e ao tipo de alimentação dos que ficaram, além disso avisaram que a diária baixaria de 25 para 15 mil cruzeiros. Dez dias depois dessa fuga, o depoente (Raimundo Nonato dos Santos), aproveitando a oportunidade de estar assistindo a uma partida de futebol, num campo situado a 3 quilômetros dos barracões, resolveu fugir entrando na mata durante dois dias conseguindo chegar a Araguaina, ora na estrada ora no mato, quando pressentia a aproximação de algum carro. Chegou a Araguaina doente, conseguindo hospitalizar-se pelo INAMPS, onde ficou 4 dias internado.

Ao receber alta, vendeu rede, roupa, sapato, bolsa de documentos e com esse dinheiro comprou a passagem de volta viajando com apenas um café. Ao chegar nesta cidade (Barão do Grajaú), encontrou os outros companheiros Messias e José da Paz, que junto a mãe de Ailton (Dona Socorro) e da esposa de Valmir (Dona Raimunda), os quais ficaram na fazenda, foram à presença do frei Vicente na esperança de resolver a situação dos que ficaram lá. Mais nada lhe foi perguntado, assinando o presente documento.

(enviado pelo CEA — Centro de Estudos Alternativos — Teresina PI)

ERRATA

No Boletim nº 17 de março de 1986, na legenda da foto da matéria *Viagem à outra Alemanha* (pg. 16) deixamos de mencionar o nome do companheiro Mario dos Santos Barbosa (canto direito da foto) Mário dos Santos Barbosa é vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e diretor da CUT regional ABC.

Trabalho escravo na Belém-Brasília

Unai (MG), março de 1986

Em todo o País, milhões de trabalhadores rurais derramam suor e sangue em busca do seu direito à terra e a uma vida digna. Em Unai, a situação não é diferente.

Nos diversos conflitos de terra espalhados pelo município, centenas de trabalhadores já foram ameaçados, presos, baleados e, dia 6 de outubro de 85, assassinado Júlio Rodrigues de Miranda, em Mandiocal. Agora, mais uma vez os trabalhadores rurais de Unai são atacados. No dia 5 de março, às 17:00 na Fazenda São Pedro, onde mais de 50 famílias vivem e trabalham há muitos anos, os trabalhadores rurais organizaram-se em mutirão para impedir que tratores continuassem — a mando do fazendeiro Antônio José de Souza — arrancando cercas, estragando arrozais, desmatando áreas e prejudicando estas famílias. Em momento algum fizeram uso de violência. Foram pacificamente garantir seus legítimos direitos.

A polícia estava na área desde o dia anterior a mando das autoridades locais. Durante o tempo em que lá permaneceram, os policiais ameaçaram crianças, agrediram trabalhadores em suas roças jogando gás lacrimogêneo e difamaram pessoas. Às 17:30, os trabalhadores em mutirão tentaram paralisar o desmate. Agindo contra a própria lei, cabo Mota e dois soldados, apelidados de “Sardinha” e “Piabinha”, atiraram nos pais de família. O fazendeiro Antonio José de Souza apontava as pessoas e os policiais disparavam. O resultado foi 7 feridos: ANTONIO DA MOTA FERNANDES, 61 anos, 3 filhos, 3 tiros; PEDRO SOARES LIMA, 25 anos, 10 dependentes, 1 tiro; PAULO HUMBERTO SILVA, 22 anos, 3 tiros; ANTONIO JOSÉ CARVALHO, 28 anos, 3 filhos, 1 tiro; ADELTON JOSÉ CAXITO, 17 anos 1 tiro; JOSÉ DA SILVA DIAS, 22 anos, 2 filhos, 1 tiro; LAURINDO JOSÉ CAXITO, 26 anos, 3 filhos, 1 tiro.

Mas por quê tudo isso?

Os trabalhadores rurais só querem permanecer na terra e liberdade para poder cultivá-la. Dependem dela como se depende do ar para respirar e viver. Com a força de seus braços e o suor de seus rostos, produzem os alimentos de nossas mesas. Produzem a riqueza deste município. Mas estão sendo expulsos das terras em que estão há muitos anos para viverem assalariados e dar lugar ao capim e ao gado. Os fazendeiros, as autoridades e a própria justiça desrespeitam seus direitos e desobedecem às leis para conseguirem tirá-los das terras. Foram tantas as injustiças, as irregularidades e as ações ilegais em Unai que o Ministério da Justiça está discutindo a possibilidade de uma intervenção federal no município.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representa e defende os trabalhadores nesta luta. Por isso, chamamos donas-de-casa, trabalhadores do comércio, estudantes, professores, funcionários públicos e toda a população de Unai a apoiar o Sindicato nesta dura luta. Ela favorecerá não só àqueles que trabalham diretamente a terra, mas a todos aqueles que dependem dos frutos de seu trabalho.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Unai — MG

Defendendo os índios

Boa Vista (RR), 26/fev/86.

O PT vem a público denunciar a prisão de mais 4 índios, ocorrida no dia 14/jan, na Maloca Piolho (um deles é o próprio Tuchaua) exatamente no dia em que o governo do Território, através da Secretaria de Segurança, criou uma tal de Assessoria Especial de Assuntos Indígenas.

Desde muito tempo a terra dos índios, na Maloca do Piolho, vem sendo irregularmente ocupada por fazendeiros. Em 1965, a área foi vendida para um segundo ocupante, que a vendeu a João Raimundo da Silva, conhecido por “Mariboa”, que é atualmente o terceiro “dono” da denominada Fazenda Campo Grande, localizada dentro da área indígena da Maloca Piolho, sendo que essas transferências não têm efeito legal por se tratar de área indígena.

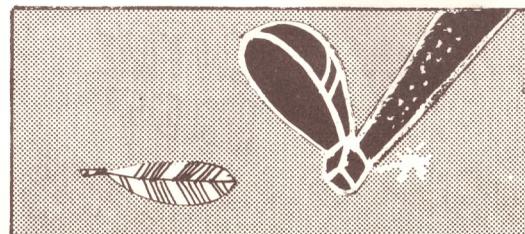
Desde então, os índios e os ocupantes ilegais vêm disputando a área, sendo freqüente a queima do retiro dos índios. Recentemente, o fazendeiro Mariboa deu queixa contra o Tuchaua Luiz Romualdo acusando-o de invasão, em face do que foi aberto um inquérito pela Delegacia do Interior e para lá se dirigiu o Secretário da Segurança tentando fazer com que os índios respeitassem a suposta propriedade do fazendeiro Mariboa. Ouvindo dos índios a afirmação de que a terra é indígena, mandou prender 4 índios por desacato à autoridade, que mais tarde foram soltos por interferência do presidente da Funai, que visitava Boa Vista na ocasião.

No dia 4 de fevereiro, o juiz de direito Antonio Anunciação Neto determinou a prisão dos índios, atendendo pedido do delegado de polícia do interior, Jaeder Natal, sob o argumento de garantia à ordem pública, e os índios foram recolhidos à penitenciária de Boa Vista sem qualquer divulgação pela imprensa local.

O governo da Aliança Democrática vem se caracterizando por uma política de intimidação e prisão sistemática de índios (no início do ano, cinco índios da Maloca Boqueirão também foram presos e dois deles espancados), revelando a grande hostilidade e agressividade com que os índios são preconceituosamente considerados pelas classes dominantes em Roraima, no voraz processo de se apoderar e privatizar as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas por sociedades que sempre se caracterizaram pela apropriação coletiva da terra e contam com a atuação tímida da FUNAI, órgão tutelar subordinado ao autoritarismo tecnocrático.

O PT, comprometido com a causa indígena e em defesa das minorias étnicas e sociais, repudia mais este ato de flagrante DESRESPEITO E VIOLÊNCIA à comunidade indígena, praticado pela polícia de Roraima, que vem atuando em áreas indígenas, transgredindo lei federal e a serviço de interesses espúrios.

Comissão Regional Provisória de Roraima



Animal também é gente

Nós diretores "batalhadores", membros de entidades ecológicas e protetoras de animais entendemos que defender e respeitar os animais é tão importante quanto alertar para o problema da poluição radioativa, sonora e ambiental.

Gente: Amar é diferente de respeitar.

Cada um tem o direito de gostar do que quiser, porém o respeito à todos os elementos da natureza — os seres vivos de nosso planeta, desde uma simples borboleta ao ser humano, complexo e integral — é um dever.

Por isso a ONU (Organização das Nações Unidas), preocupada com a crescente violência e desrespeito aos nossos irmãos ditos irracionais decretou em 1978 a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, para que sejam observadas regras mínimas de "humanidade" para com os equinos, bovinos, animais de carga, para com os animais de abate e os que convivem conosco em nossos lares e também para se tentar evitar o abuso que se instalou na comunidade científica, que a título de "experiência", comete atos de crueldade desnecessários, especulativos e geralmente sem resultados positivos no combate aos males que afligem o homem, haja visto o eminente Dr. Ruschi, que se curou de um mal irreversível (segundo as práticas médicas tradicionais), através de uma pajelança — medicina alternativa utilizada pelos índios, que empregam um misto de religião, forças primitivas, ervas e transferência de energias positivas surtindo excelentes resultados.

Aqui no Brasil temos o decreto-lei 24-645 de 1934 de defesa dos animais e o artigo 64 do código de contravenções penais que chega inclusive a prever pena de prisão e multas (com correção monetária) a quem infringir maus tratos a um animal. Naturalmente, apesar da preocupação das autoridades em dar um respaldo legal aos animais, o que é necessário é informação e conscientização no trato com eles.

Entre outras coisas, saber que um bichinho é um ser vivo, com funções biológicas e psique semelhantes às nossas (para tanto pode-se ler as obras do grande cientista ganhador do prêmio Nobel de medicina em 1973 — Konrad Lorenz). Ele precisa de amor, carinho, comida, lugar quente e seco para dormir, etc.

Mariselda Bumajny
— Associação Protetora dos Animais
"Quintal de São Francisco"
Ana Maria Pinheiro —
Associação Amparo aos Animais
Edith Arnhold —
União Defesa do Gato (UDG).

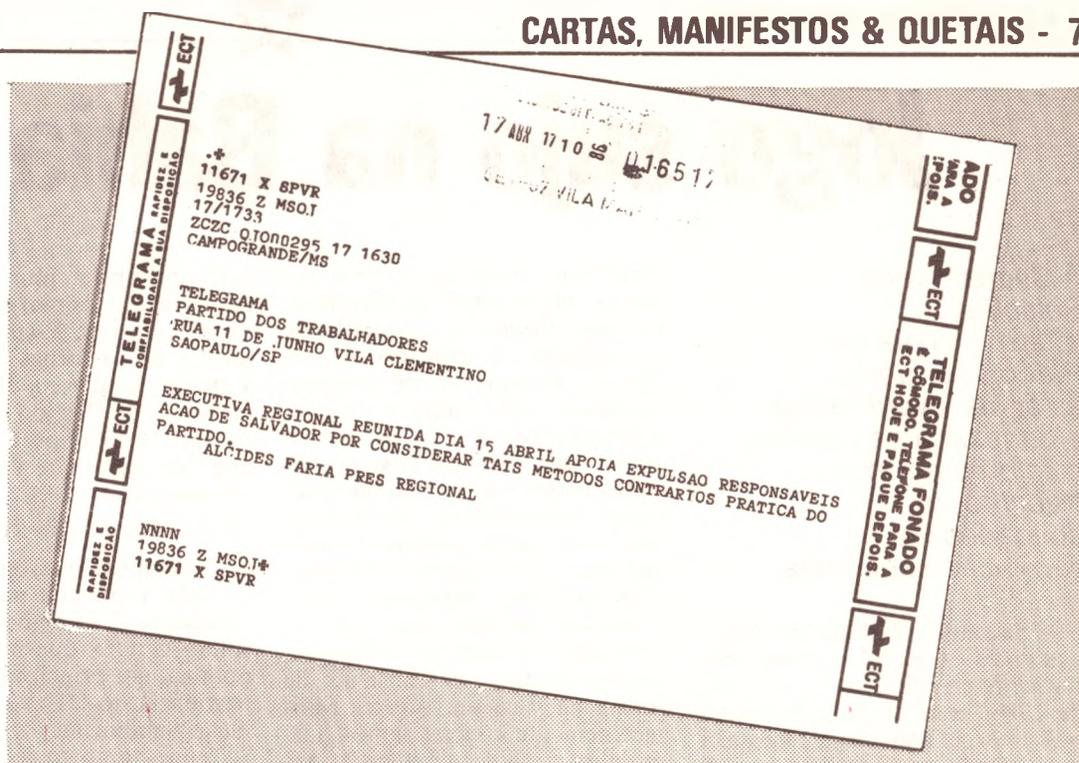
VAMOS CONTAR A HISTÓRIA DO PT

Se você tiver fotos, cartazes, jornais e publicações do PT; material de propaganda, de divulgação e de campanhas do Partido, envie ou entre em contato com Mauro, na sede nacional em São Paulo.

A idéia (aprovada pela CEN) é a de organizarmos uma exposição sobre os 6 anos de vida do PT. Essa mostra será inaugurada em Brasília, por ocasião da Convenção Nacional (em junho deste ano), e percorrerá todas as capitais brasileiras.

Prazo de entrega de material: dia 15 de maio/86.

Remeter para: Sede Nacional — Av. 11 de junho, 260 CEP 04041 São Paulo — SP.



POLÍTICA MINERAL ALTERNATIVA

O setor mineral é um dos mais dinâmicos na economia do País, mas as riquezas geradas permanecem em condomínio fechado, controlado por multinacionais, grandes estatais e empresas privadas nacionais.

O PT irá realizar nos dias 24 e 25 de maio a sua primeira Reunião Nacional sobre Política Mineral Alternativa. Essa iniciativa é de um grupo de geólogos petistas de São Paulo, cuja proposta foi aprovada e oficializada pela Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do PT. Os objetivos são os de discutir e formular propostas indicativas sobre uma política mineral alternativa do PT, em nível nacional e regional, bem como fornecer subsídios programáticos ao conjunto do partido, referente às questões do setor mineral.

A reunião será realizada na Câmara Municipal de São Paulo — Viaduto Jacarei, 100 — Auditório Teotônio.

Assinatura Já!

Porto Alegre (RS), 14/abr/86.

Companheiros

Eu e outro companheiro estamos fazendo uma campanha de assinaturas do Boletim Nacional em nosso local de trabalho e a aceitação está sendo excelente. Estamos enviando a primeira remessa com 16 assinaturas. Estamos procurando, também, entrosar mais companheiros na campanha e é provável que consigamos duplicar ou triplicar este

número em poucas semanas. Por isso gostaria de pedir aos companheiros que nos mandem alguns exemplares de edições anteriores pois isso nos ajudaria muito na divulgação do BN. Saudações Petistas.

Marco Rogério Martini

BN responde: Achamos muito importante a sua iniciativa e a de outros companheiros que tiveram a mesma atitude, principalmente a partir deste mês, pois o Boletim Nacional não será enviado aos que não constarem da lista de assinantes. O material solicitado está sendo enviado pelo correio.



A antiga lista de 47 mil leitores foi montada através da superposição de várias listas de origens diversas. Temos ainda a nossa lista de 2.700 leitores novos, assinantes recentes, que cresce à razão de 300 por mês.

Verificamos, através de trabalho de campo em alguns diretórios, que entre um e até dois terços da lista antiga não corresponde a leitores reais. São pessoas que mudaram, morreram, nunca existiram. Além disso, essa lista contém cerca de um décimo de duplicações.

Através de vários métodos, durante edições sucessivas, tentamos depurar a lista, mas só conseguimos retirar, até hoje, cerca de 3 mil nomes. O próprio porte pago do correio não consegue depurar o grosso dos leitores fantasmas.

Por tudo isso, estamos seguros de que dos 47 mil exemplares de cada edição apenas uma fração de 10 mil chega a leitores reais.

Ao mesmo tempo, o custo tornou-se proibitivo, da ordem de 50 mil cruzados por edição. Devido ao volume exagerado das edições, temos também problemas de manipulação e atrasos crescentes na remessa dos jornais.

Assim, informamos aos leitores que, definitivamente, o Boletim Nacional não será enviado aos que não constam da lista de assinantes. Pois só desta maneira eliminaremos as duplicidades e poderemos trabalhar com afinco na campanha de assinaturas.

Jogo sujo na Bahia

A Secretaria de Relações Internacionais do Partido condena as ações aventureiras, e conclama os petistas e reforçarem o seu trabalho de solidariedade à revolução sandinista.

A Secretaria de Relações Internacionais — reunida extraordinariamente nos dias 12 e 13 de abril de 1986, para analisar as consequências da ação ilegal, imoral e ilegítima de algumas pessoas que, ao tentarem um frustrado assalto a uma agência bancária na Bahia, quando presas envolveram de maneira sórdida o Partido dos Trabalhadores e comprometeram até mesmo a Revolução Sandinista —, na qualidade de órgão assessor do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, expressa o seguinte posicionamento a essa direção partidária:

Ações delinquentes, jamais.

1. Repudia veementemente tal ato, que não traz apenas consequências negativas e imediatas para o PT, mas para a Revolução Sandinista. Como é sabido pela direção do Partido, esta Secretaria, desde que foi constituída, vem com muito esforço e dedicado trabalho de seus integrantes expressando de forma concreta ações de solidariedade não só à Revolução Sandinista da Nicarágua, mas a todos os que no Terceiro Mundo lutam contra as garras opressoras do imperialismo. Em relação à Revolução Nicaragüense nosso trabalho foi, e será pautado na ajuda solidária e fraterna que não permitirá jamais, sob qualquer pretexto, ações delinquentes, sejam quais

forem seus resultados e objetivos. Nossa solidariedade à Nicarágua foi concretizada na campanha de arrecadação de remédios, na coleta de brinquedos de crianças brasileiras, destinados a seus irmãos nicaragüenses; na aquisição de um trator para ser enviado aos trabalhadores do campo na Nicarágua, instrumento que isolado não tem muita significação material, mas que concretamente materializa nossa solidariedade clara e límpida àqueles que sob os constantes ataques e ameaças do inimigo tratam de construir de forma pacífica seu futuro. Mais recentemente concretizamos nossa solidariedade humana enviando alguns técnicos da área de saúde à Nicarágua, que sob as condições mais adversas amenizam a dor dos que sofrem e curam as feridas das vítimas da contra-revolução, trabalho que não apenas os engrandece como seres humanos mas que orgulha nosso partido. Nos integramos à colheita do

café, enviando, junto com militantes de outros partidos, companheiros nossos. É essa, e sempre será, a nossa forma de expressar a nossa solidariedade enquanto membros do Partido e defensores de seus princípios e programa, que consagram a solidariedade internacional.

Uma orquestração contra o PT

2. A quem interessa esse tipo de ação praticada na Bahia por filiados ao PT? Temos a mais absoluta certeza que não atende à política, aos princípios e à prática partidária do PT, nem da Revolução Sandinista.

Temos também certeza que esse tipo de ação está inserida no campo das provocações que constantemente nos fazem, além de reforçar a política de agressão à Nicarágua, praticada pela administração Ronald Reagan. Estamos seguros de que é mais uma peça na orquestração contra o PT, sobretudo neste momento de

crescimento e consolidação do Partido e das perspectivas que se avizinham como alternativa para a construção de uma sociedade mais justa e humana, socialista.

3. Diante desse nosso posicionamento, da defesa dos princípios e do programa que norteiam o PT, da reafirmação de nossa solidariedade militante, exigimos a **imediate expulsão** dessas pessoas do quadro de filiados do Partido e de todos quantos — dentro do PT — tenham a mínima justificativa para um ato desse tipo. Queremos um PT vestido com sua própria camisa, tecida com muito trabalho e dedicação; que o PT reflita com fidelidade as aspirações dos setores oprimidos da sociedade brasileira, de forma independente e sem orientações alienígenas. Vivemos uma realidade onde não cabem ações irresponsáveis. Nosso momento é de muito trabalho, consciente e responsável. E é dentro dessa linha que exortamos todos os filiados e militantes do PT a reforçarem seu trabalho de solidariedade à Revolução de Sandino, sem se deixar abater pelas possíveis consequências de uma ação aventureira como essa.



Bernardo Kucinski



BOLETIM NACIONAL

Órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 São Paulo SP

Nº 18 — Maio de 1986

Editor: Bernardo Kucinski / Secretária de Redação: Narisa Lourenço / Diagramação: José Ramos Neto / Revisão: Gilberto D'Angelo Braz / Produção e Distribuição: Angélica Atalla e Alberto dos Santos / Composição, Fotolito e Impressão: Editora Joruês / Tiragem: 20.000 exemplares.